

Conteúdo programático de prática processual 8º semestre - Noturno

1. Prática Direito Penal

1.1. Peça processual a ser desenvolvida (manuscrita)

O Juiz, ao proferir sentença condenatória contra João da Cruz em 17 de maio de 2012, pela prática do crime de furto qualificado, reconheceu em sua fundamentação que se tratava de caso de aplicação do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP, já que o prejuízo da vítima era pequeno (R\$ 90,00), devendo, em face de sua primariedade e bons antecedentes, ser condenado à pena mínima. Na parte dispositiva, fixou a pena de 02 anos de reclusão, em regime aberto, substituindo-a por uma pena restritiva de direitos e multa. Consta dos autos que João furtou um aspirador de pó da Sra. Creusa da Borborema Anastácia, proprietária do apartamento de luxo localizado no 15º andar do prédio onde o réu trabalha como motorista particular do Dr. João Paulo de Abrahão Salim, morador do 14º andar. Nos autos foram ouvidas três testemunhas de acusação, todos funcionários do condomínio, que confirmaram que viram nas imagens da câmera de segurança que viram João entrando no elevador com um aspirador de pó e deixando o condomínio em sua posse. As imagens foram objeto de perícia e foi constatado que João portava um aspirador de pó. João, em seu interrogatório, confirmou que retirou o aspirador de pó da casa de D. Creusa, mas que foi por engano.

Como advogado de João, adote a medida processual cabível.

2. Prática Processual Civil – direito de família

2.1 Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Ludovina teve um relacionamento esporádico com Arnaldo Ferreira, do qual nasceu Crispim. Durante cinco anos, o infante foi cuidado exclusivamente por sua mãe e sua avó materna, nunca tendo recebido visita ou auxílio financeiro do genitor, mesmo tendo ele reconhecido a paternidade. Entretanto, no final do mês de janeiro do corrente ano, a mãe, a pedido do pai da criança, levou o menor para a cidade de Curitiba/PR para que

conhecesse os avós paternos, sobretudo o avô, que se encontra acometido de neoplasia maligna. Chegando à casa de Arnaldo Ferreira, Ludovina foi agredida fisicamente por ele e outros familiares, sendo expulsa do local sob ameaça de morte e obrigada a deixar seu filho Crispim com eles contra sua vontade. Em seguida, ainda sob coação física, foi forçada a ingressar em um ônibus e retornar ao São Paulo. Assim, com sua vida em risco, Ludovina, desesperada, deixou o menor e viajou às pressas para a Cidade do São Paulo/SP, onde reside com sua mãe, a fim de buscar auxílio. Desde aquela data o menor se encontra em outro Estado, na posse do pai e de seus familiares, e Ludovina, que sempre cuidou de Crispim, não sabe o que fazer. O Conselho Tutelar da Cidade do São Paulo já foi notificado, mas, até o momento não conseguiu fazer contato com Arnaldo Ferreira. Insta salientar que o pai da criança fez questão de reter todos os documentos deste (certidão de nascimento e carteira de vacinação). Diante da situação apresentada, na qualidade de advogado constituído por Ludovina, proponha medida judicial adequada para a proteção dos interesses de sua cliente, abordando todos os aspectos de direito material e processual pertinentes.

3. Prática Processual Penal

3.1. Peça processual a ser desenvolvida (manuscrita)

Tício, quando primário, apesar de portador de maus antecedentes, praticou um crime de roubo simples, pois, quando tinha 20 anos de idade, subtraiu de Renata, mediante grave ameaça, um aparelho celular. Apesar de o crime restar consumado, o telefone celular foi recuperado pela vítima. Os fatos foram praticados em 12 de dezembro de 2011. Por tal conduta, foi Tício denunciado e condenado como incurso nas sanções penais do Art. 157, caput, do Código Penal a uma pena privativa de liberdade de 04 anos e 06 meses de reclusão em regime inicial fechado e 12 dias multa, tendo a sentença transitada em julgado para ambas as partes em 11 de setembro de 2013. Tício havia respondido ao processo em liberdade, mas, desde o dia 15 de setembro de 2013, vem cumprindo a sanção penal que lhe foi aplicada regularmente, inclusive obtendo progressão de regime. Nunca foi punido pela prática de falta grave e preenchia os requisitos subjetivos para obtenção dos benefícios da execução penal. No dia 25 de fevereiro de 2015, você,

advogado(a) de Tício, formulou pedido de obtenção de livramento condicional junto ao Juízo da Vara de Execução Penal da comarca do São Paulo/SP, órgão efetivamente competente. O pedido, contudo, foi indeferido, apesar de, em tese, os requisitos subjetivos estarem preenchidos, sob os seguintes argumentos: a) o crime de roubo é crime hediondo, não tendo sido cumpridos, até o momento do requerimento, 2/3 da pena privativa de liberdade; b) ainda que não fosse hediondo, não estariam preenchidos os requisitos objetivos para o benefício, tendo em vista que Tício, por ser portador de maus antecedentes, deveria cumprir metade da pena imposta para obtenção do livramento condicional; c) indispensabilidade da realização de exame criminológico, tendo em vista que os crimes de roubo, de maneira abstrata, são extremamente graves e causam severos prejuízos para a sociedade. Você, advogado(a) de Tício, foi intimado dessa decisão em 23 de março de 2015, uma segunda-feira.

Com base nas informações acima expostas e naquelas que podem ser inferidas do caso concreto, **redija a peça cabível, excluída a possibilidade de habeas corpus**, no último dia do prazo para sua interposição, sustentando todas as teses jurídicas pertinentes. Responda justificadamente, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

4. Atividade externa

- Assistir 03 (três) audiências de instrução e julgamento, da **Justiça Criminal Comum – audiência de instrução**, pelo site <https://audienciasonline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades externas e anexar **o comprovante**.
- Assistir a 02 (duas) sessão de julgamento no **Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal**, cuja lide envolva Direito Civil e Processo Civil, mediante preenchimento de relatório, contendo, os dados do processo.
- ⇒ **Obs** : O prof. João Batista Vilhena, 3º juiz da 17ª Câmara de Direito Privado do TJ/SP, autorizou que os alunos assistissem as sessões de maneira remota. As sessões

ocorrem as quartas telepresencial, a partir das 13:30 horas. A cada semana será encaminhado o link de acesso das sessões pelos representantes de sala.

5. Atividades de Estágio – 40 horas

Estágio no Núcleo de Prática Jurídica, mediante preenchimento de relatório, Termo de Compromisso de Estágio ou declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil).

Ou

Alternativa para os alunos que não podem cumprir 40 horas.

O aluno deverá analisar as questões/problema abaixo, e elaborar a peça correspondente ou responder as questões apresentadas de maneira manuscrita .

1) Manoel foi preso em flagrante no momento em que praticava um crime de roubo simples, no bairro de Pinheiros. Ainda na unidade policial, compareceram quatro outras vítimas, todas narrando que tiveram seus patrimônios lesados por Manoel naquela mesma data, com intervalo de cerca de 30 minutos entre cada fato, no mesmo bairro, São Paulo. As cinco vítimas descreveram que Manoel, simulando portar arma de fogo, anunciava o assalto e subtraía os bens, empreendendo fuga em uma bicicleta. Manoel foi denunciado pela prática do crime do Art. 157, *caput*, por cinco vezes, na forma do Art. 69, ambos do Código Penal, e, em sede de audiência, as vítimas confirmaram a versão fornecida em sede policial. Assistido por seu advogado Pedro, Manoel confessou os crimes, esclarecendo que pretendia subtrair bens de seis vítimas para conseguir dinheiro suficiente para comprar uma motocicleta. Disse, ainda, que apenas simulou portar arma de fogo, mas não utilizou efetivamente material bélico ou simulacro de arma. O juiz, no momento da sentença, condenou o réu nos termos da denúncia, sendo aplicada a pena

mínima de 04 anos para cada um dos delitos, totalizando 20 anos de pena privativa de liberdade a ser cumprida em regime inicial fechado, além da multa. Ao ser intimado do teor da sentença, pessoalmente, já que se encontrava preso, Manoel tomou conhecimento que Pedro havia falecido, mas que foram apresentadas alegações finais pela Defensoria Pública por determinação do magistrado logo em seguida à informação do falecimento do patrono. A família de Manoel, então, procura você, na condição de advogado(a), para defendê-lo. Considerando apenas as informações narradas, responda, na condição de advogado(a) de Manoel, constituído para apresentação de apelação, se **Existe argumento de direito processual, em sede de recurso, a ser apresentado para desconstituir a sentença condenatória? Justifique.**

2) A empresa Soluções Indústria de Eletrônicos Ltda. veiculou propaganda considerada enganosa relativa a determinado produto: as especificações eram distintas das indicadas no material publicitário. Em razão do anúncio, cerca de duzentos mil consumidores compraram o produto. Diante desse fato, uma associação de defesa do consumidor constituída havia dois anos ajuizou ação civil pública com vistas a obter indenização para todos os lesados.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens seguintes. Na situação apresentada, a empresa ré é uma sociedade limitada que optou por nome empresarial do tipo denominação. Esta situação é correta ou incorreta? Justifique sua resposta, de forma dissertativa, em pelo menos 10 linhas.

3) A pessoa jurídica XXX é devedora de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), além de multa de ofício e de juros moratórios (taxa Selic), relativamente ao exercício de 2014. O referido crédito tributário foi devidamente constituído por meio de lançamento de ofício, e sua exigibilidade se encontra suspensa por força de recurso administrativo. No ano de 2015, a pessoa jurídica XXX foi incorporada pela pessoa jurídica ZZZ. Sobre a responsabilidade tributária da pessoa jurídica ZZZ, no tocante ao crédito tributário constituído contra XXX, qual das empresas é responsável pelo pagamento da CSLL e multa e juros? Justifique a sua resposta indicando a base legal .

